

A MANUTENÇÃO DO PODER NAVAL EM TEMPOS DE PAZ E OS IMPACTOS NA ECONOMIA BRASILEIRA¹

Guarda-Marinha Ana Beatriz Moreira Gonçalves Mello²

Professora Adjunta Erika Almeida Ribeiro³

INTRODUÇÃO

Ao analisar o desenvolvimento de diversos povos desde o início da história da humanidade até os dias de hoje, percebe-se que o domínio do Mar foi fundamental para a consolidação de grandes nações, especialmente no período da Expansão Marítima que ocorreu do século XV ao XVI, quando os europeus iniciaram o processo de exploração do Oceano Atlântico, culminando na descoberta e colonização de diversos territórios – inclusive o Brasil.

Através do mar, países empregaram poder de fogo durante períodos de Guerra, comercializaram entre diversos locais do Globo Terrestre, obtiveram contato com outros povos transformando suas culturas e desenvolveram atividades lucrativas – como o turismo, pesca e extração de petróleo.

Nesse sentido, ao longo da consolidação das nações tal como são hoje, foi preciso que elas desenvolvessem um poderio naval bélico que fosse capaz de proteger seu território, suas riquezas e seus interesses nacionais.

No contexto brasileiro não foi diferente. No ano de 1567 houve a primeira defesa organizada contra uma agressão ao território brasileiro, na qual uma

esquadra sob o comando de Mem de Sá expulsou os franceses da Baía de Guanabara – fato que caracteriza, historicamente, o nascimento da Marinha do Brasil (Marinha do Brasil, 2023a).

Mais tarde, em 1808, a Família Real Portuguesa chegava ao território brasileiro também por vias marítimas, elucidando, mais uma vez, a presença do mar na consolidação da história do país.

Em 1822, no episódio da Independência, a Marinha também se fez presente quando as Províncias do Norte, Nordeste e Cisplatina permaneciam leais à Corte Portuguesa. Dessa forma, a MB ratifica sua importância no contexto da Independência do Brasil:

Foi necessária, então, a ação da Marinha para evitar a fragmentação do país e garantir a consolidação da Independência. Assim, a 14 de novembro de 1822, dois meses após sua proclamação, fazia-se ao mar a primeira esquadra brasileira, rumo a Montevidéu, com a missão de expulsar as forças que lutavam para manter a Província Cisplatina sob o domínio português (Marinha do Brasil, 2023a).

Vale destacar, ainda, a Batalha Naval do Riachuelo, quando, durante a Guerra do Paraguai, em 11 de junho de 1865, a vitória brasileira assegurou o poder do país sobre a região da Foz do Riachuelo, afluente do Rio Paraná, além de bloquear o acesso do Paraguai ao mar.

¹ Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Ciências Navais da Escola Naval.

² Foi declarada Guarda-Marinha em dezembro de 2024.

³ Professora Adjunta de Economia da Escola Naval. Pesquisadora do Pró-Defesa V (Governança e Proteção da Amazônia Azul: Desafios Estratégicos, Tecnológicos, Ambientais e Soluções para a Defesa Nacional). Pesquisadora do Grupo Economia do Mar.

A Batalha Naval do Riachuelo é considerada o maior feito de armas da Força Naval Brasileira, uma vez que assegurou a liberdade de navegação na Bacia do Paraguai, o que levou ao triunfo definitivo dos países aliados (Carvalho, 2022).

Nesse contexto, além do Poder Naval ter sido fundamental na história da consolidação do Estado Brasileiro, ainda hoje o poderio bélico naval do Brasil configura um fator de extrema importância para a manutenção da soberania brasileira, bem como para a proteção das riquezas naturais – em especial a Amazônia Azul –, do território e dos interesses nacionais.

A Marinha do Brasil sofreu diversas mudanças ao longo dos anos no que diz respeito, principalmente, aos meios navais. Foi necessário que ela passasse por constante evolução para que continuasse a desempenhar de maneira satisfatória sua missão para com o país e manter-se em estado de prontidão para agir de maneira eficiente quando necessário.

Hoje, bem equipada, no que tange à qualidade, a Marinha desempenha o papel reservado do Poder Naval em tempo de paz, funcionando como elemento dissuasor ao estabelecer um custo elevado a eventuais opções militares de adversários em potencial, respaldando a ação política do governo no campo das relações internacionais e mantendo-se atualizada, pronta a se expandir quando necessário (Marinha do Brasil, 2023a).

Nesse sentido, buscou-se implementar programas de investimento nos meios navais, como é o caso do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), criado em 2008, e o Programa das Fragatas Classe Tamandaré, em 2017, além de diversos outros que compartilham do objetivo de fortalecer a defesa e a soberania marítima do país.

Assim, em 2020, criou-se o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040), documento que visa orientar o planejamento a médio e longo prazo, por meio de Objetivos Navais (OBNAV), estabelecendo Programas Estratégicos com intuito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País, capaz de contri-

buir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (Marinha do Brasil, 2020).

O Programa de Modernização do Poder Naval, como expressa sua própria designação, é composto por programas, subprogramas e projetos que atendem a espinha dorsal da Marinha: a Força Naval. Os esforços envolvidos no Programa de Submarinos (PROSUB), Programa Fragatas Classe “Tamandaré” (PFCT), Programa de Navios-Patrolha (PRONAPA), Míssil Antinavio de Superfície (MANSUP), Programa de Obtenção de Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO), material para consolidação do poder de combate do Corpo de Fuzileiros Navais (PROADSUMUS) apontam, sob o ponto de vista econômico, para o seu potencial em alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos, favorecendo o estabelecimento, por exemplo, de “clusters marítimos”, com geração de empregos qualificados, diretos e indiretos (Olsen, 2023).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivos identificar de que modo o Governo Federal (junto ao Ministério da Defesa (MD)) tem investido na manutenção de um Poder Naval eficiente (em especial, no que tange aos Programas Estratégicos), bem como elucidar a importância econômica que tais programas proporcionam ao país. Para este fim, será realizada uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos, de modo a discutir a importância dos investimentos na área de Defesa em tempos de paz, tendo em vista que o fortalecimento da defesa naval em um momento de ausência de conflitos garante um ambiente propício e seguro para a execução de atividades econômicas e sociais.

Ademais, será feita uma comparação do Brasil com os demais países do BRICS visando ilustrar as diferenças entre os integrantes desse bloco no que concerne aos investimentos no setor de defesa.

REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção será feita uma revisão de literatura que norteará o trabalho e abordará os conceitos de

Economia do Mar – bem como a sua importância para o crescimento econômico brasileiro –, além do Poder Naval e a importância de manter a Marinha do Brasil equipada com meios modernos, de modo a melhorar sua atuação na proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras⁴ e garantir a salvaguarda dos interesses nacionais.

O conceito de economia do mar

De acordo com Santos et al. (2022) – o termo “Economia do Mar” foi utilizado pela primeira vez na primeira metade do século XX por Peterson e Jensen (1913 apud Santos et al., 2022) e Clarke (1935 apud Santos et al., 2022). Atualmente, conceitos como Economia Azul, economia marítima e economia marinha têm sido utilizados como sinônimos, causando confusões nas discussões da literatura. Dessa maneira, diante da quantidade de questões – sociais, ambientais e climáticas – que permeiam tal conceito, associada à necessidade de caracterização dos setores econômicos que direta ou indiretamente se relacionam com os recursos advindos de atividades marítimas, existe certa dificuldade de mensurar a Economia do Mar.

A Economia Azul pode ser definida como o uso sustentável dos recursos marinhos para o desenvolvimento econômico, melhoria do bem-estar social e geração de empregos, de modo a manter a conservação da saúde dos ecossistemas oceânicos e costeiros. Além disso, abrange diversas atividades econômicas que geram expressivas riquezas, bem como outras atividades em áreas emergentes que apresentam potencial de crescimento e geração de valor (Santos et al., 2022).

O termo “Economia do Mar”, por sua vez, foi definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como a soma de atividades econômicas (industriais, comerciais, de pesquisa científica e tecnológica, governamentais, dentre outras) que têm o ambiente aquático como base ou interesse, junto com ativos, bens e serviços fornecidos pelo Ecossistema Marinho (ALERJ, 2020).

⁴ De acordo com a Câmara dos Deputados, as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) compreendem as águas interiores, o Mar Territorial, a Zona Contígua e a Zona Econômica Exclusiva de um país.

Nesse sentido, vale dizer que as atividades marinhas no Brasil são definidas pela Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) que tem por objetivo a orientação e o desenvolvimento das atividades que utilizam, exploram e aproveitam os recursos provenientes do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental (Brasil, 2005a).

Em virtude disso, define-se o potencial estratégico nos espaços marinhos por meio do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM) (Brasil, 2020c).

De acordo com Santos (2021), recentemente tem havido maior interesse em discutir o tamanho e a mensuração do Produto Interno Bruto (PIB) do Mar. Em nível global, no ano de 2016, a OCDE previu que entre os anos de 2010 e 2030 a contribuição das atividades econômicas da área marítima para o PIB global vai dobrar de volume (OCDE, 2016).

Atualmente, as atividades econômicas dos recursos marinhos geram renda e demonstram o quanto o Brasil é dependente dessa riqueza, visto que aproximadamente 20%⁵ de sua economia nacional provém de setores que, direta ou indiretamente, são ligadas aos recursos marinhos (Beirão et al., 2020).

Ainda neste contexto, vale citar a Tese de Andrea Bento de Carvalho (2018) que calculou o PIB do Mar para o Brasil adotando a abordagem marinha e classificando as atividades econômicas relacionadas direta ou indiretamente ao mar desenvolvidas em estados e municípios defrontantes com ele. O processo empregado para calcular o PIB do Mar deu-se pela ótica do dispêndio pela seguinte equação⁶:

$$PIB_{Mar\ Br} = C + I + G + (X - M)$$

A tabela a seguir apresenta o PIB do Mar total e por setores marinhos no ano de 2015.

⁵ Recentemente, outros trabalhos também têm tentado fazer o cálculo do PIB do mar, haja vista que ainda não existe uma metodologia específica para determiná-lo. O artigo “Shades of Blue: The geography of the ocean economy in Brazil” (Haddad; Araújo, 2024) publicado pelo Núcleo de Economia da Universidade de São Paulo encontrou um número menor, em torno de 7%, para a contribuição do PIB do mar na economia brasileira.

⁶ C = consumo das famílias; I = investimento das empresas; G = gastos do Governo; X = exportações; e M = importações.

Escopo	Setores Marinhos	PIB (R\$ Milhões)	% Marinho	% Brasil	Rank
Dimensão Marinha	Serviços do Mar	60.305,44	5,40%	1,02%	1
	Manufaturas do Mar	38.083,36	3,41%	0,65%	2
	Defesa do Mar	22.342,75	2,00%	0,38%	3
	Energia do Mar	16.790,25	1,50%	0,28%	4
	Recursos Vivos do Mar	10.768,32	0,96%	0,18%	5
	Transporte do Mar	9.192,77	0,82%	0,16%	6
		157.482,89	14,09%	2,67%	
Adjacentes ao Mar	Terciários Adjacentes do Mar	762.717,44	68,25%	12,92%	1
	Secundários Adjacentes do Mar	173.472,32	15,52%	2,94%	2
	Primários Adjacentes do Mar	23.891,22	2,14%	0,40%	3
		960.080,98	85,91%	16,26%	
TOTAL		1.117.563,87	100%	18,93%	

Figura 1. PIB dos setores da economia do mar brasileira⁷

Fonte: Carvalho (2018).

Cabe ressaltar, ainda, que o termo “Dimensão Marinha”⁸ – conceito mais restrito – diz respeito às atividades diretamente relacionadas ao mar, enquanto o conceito de “Adjacentes ao Mar” – mais amplo – configura atividades que são realizadas nas proximidades.

Carvalho (2018) define como relevantes para a Economia do Mar os seguintes setores: Recursos Vivos do Mar (RMar), Energia do Mar (EMar), Manufaturas do Mar (MMar), Transporte do Mar (TMar), Serviços do Mar (SMar), Defesa do Mar (DMar), Primários Adjacentes ao Mar (PAM), Secundários Adjacentes ao Mar (SAM), e Terciários Adjacentes ao Mar (TAM).

Dessa forma, evidencia-se a importância das atividades marítimas para a economia brasileira e, tendo em vista que mais de 20% do PIB advém de atividades ligadas direta ou indiretamente ao mar, é imprescindível tratar também da segurança e defesa dos recursos que dão origem a essa produção (Ribeiro et al., 2021).

Com isso, surge a necessidade de se ter uma Marinha que possua meios eficientes, dotados de recursos

e tecnologia capazes de promover uma vigilância adequada das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) em virtude da proteção das riquezas nacionais e identificação de possíveis ameaças aos interesses nacionais.

Analisando as relações entre as Marinhas e a economia, é válido verificar também as relações entre gastos em defesa e crescimento econômico. Há evidências de que gastos em defesa promovem o desenvolvimento econômico, sendo essenciais para a soberania e segurança local, provendo um ambiente mais seguro e a garantia da ausência de conflitos, gerando, portanto, um ambiente propício para o desenvolvimento do país (Santos, 2018; Ribeiro e Ribeiro, 2020 apud Ribeiro et al., 2021).

O Poder Naval

O Poder Naval (PN) consiste em uma expressão militar do Poder Nacional (PNac) e integrante do Poder Marítimo (PM) capaz de atuar no mar, em águas interiores, e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, com intuito de contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa (END).

⁷ Resultados da Pesquisa (2017) feita por Andrea Bento Carvalho.

⁸ PIB do Mar pelo escopo Dimensão Marinha é de R\$ 157.482.890.957,43 (2,67% do PIB nacional). O PIB pelo escopo Adjacentes ao Mar é de R\$ 960.080.978.772,36 (16,26% do PIB nacional). A soma dos dois é o PIB do Mar brasileiro.

Esse conceito compreende, ainda, os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como as infraestruturas de apoio, estruturas de comando e controle, de logística e administrativa.

Nesse contexto, diante de um território marítimo tão extenso e rico – como é o caso do Brasil –, é imprescindível que a Marinha brasileira invista em meios navais modernos e bem equipados, tendo em vista o objetivo de exercer o Poder Naval de maneira eficaz para cumprir suas tarefas básicas, sendo elas: negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra, controlar áreas marítimas e contribuir para dissuasão.

O Poder Naval deve possuir capacidade e credibilidade suficientes para dissuadir eventuais forças adversas de conduzirem ações hostis nas AJB. A ação de presença de unidades navais no Atlântico Sul, onde se insere a “Amazônia Azul”, e nos rios das bacias Amazônica e Paraguai-Paraná será fator essencial para o fortalecimento dessa dissuasão. Assim, a Força deve estar preparada, tanto para atuar numa crise interestatal, como para fiscalizar e reprimir a atuação de grupos adversos praticando atividades ilegais nas AJB (Política Naval, 2019, p. 26).

De acordo com Silva (2015), ao final do século XIX um oficial americano, Capitão-de-mar-e-guerra Alfred Thayer Mahan, concluiu que quem dominasse o mar dominaria também o mundo. Ele acreditava que o Poder Marítimo, associado ao Poder Naval, exerceria um papel fundamental para a prosperidade de uma nação. Esse pensamento foi ilustrado em seu famoso livro *The Influence of Sea Power Upon History*, publicado em 1890.

Diante disso, a Expressão Militar do PNac deverá contar com o apoio do Estado, com regularidade e continuidade na alocação dos recursos orçamentários, com a finalidade de obter um patamar compatível com a média adotada por países com adequado desenvolvimento em sua defesa (Brasil, 2020a).

É importante destacar, contudo, que a Esquadra é o principal instrumento de que a MB dispõe para colocar em práticas seus objetivos, constituindo relevante meio do PN para a garantia da segurança do país. Des-

sa maneira, é possível comparar a evolução da Esquadra Brasileira nas últimas duas décadas com o objetivo de verificar se o país mantém a capacidade operativa de proteção dos recursos nas AJB (Brasil, 2019a).

No início dos anos 2000, a Esquadra possuía 29 navios, sendo: 1 Navio Aeródromo, 6 Fragatas Classe “Niterói”, 4 Fragatas Classe “Greenhalgh”, 4 Corvetas Classe “Inhaúma”, 4 Contratorpedeiros Classe “Pará”, 3 Navios de Transporte de Tropas, 2 Navios de Desembarque Doca, 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate, 2 Navios Tanque, 1 Navio-Escola e 1 Navio-Veleiro (Araújo Filho, 2021 apud Silva, 2022).

No entanto, a disponibilidade dos meios diminuiu, e atualmente a Esquadra brasileira é composta por apenas 17 navios, sendo: 1 Porta Helicópteros Multipropósito, 5 Fragatas Classe “Niterói”, 2 Fragatas Classe “Greenhalgh”, 1 Corveta Classe “Inhaúma”, 1 Corveta Classe “Barroso”, 1 Navio Doca Multipropósito, 2 Navios de Desembarque de Carros de Combate, 1 Navio-Tanque, 1 Navio-Escola, 1 Navio de Socorro Submarino Guillobel e 1 Navio-Veleiro (Marinha do Brasil, 2023b).

Em face do exposto, pode-se observar uma diminuição da frota bélica brasileira. Nesse contexto, cabe questionar se os meios atuais são capazes de cumprir de forma satisfatória as tarefas básicas do Poder Naval, que são extremamente importantes para a consolidação dos interesses nacionais e para a proteção das AJB. Dessa forma, o presente trabalho busca abordar os atuais investimentos do Governo Federal no que tange à modernização dos meios navais, bem como os impactos positivos que tais investimentos estão trazendo para a economia e sociedade brasileiras.

OS INVESTIMENTOS DA MARINHA DO BRASIL EM PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

No ano de 2020, a MB implementou o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) à luz do qual criou Programas Estratégicos da Marinha, que têm por objetivo prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do País, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais (Brasil, *s.d.*).

Ao todo, foram criados 7 programas estratégicos, a saber: “Pessoal – o nosso maior Patrimônio”, “Programa Nuclear da Marinha” (PNM), “Modernização do Poder Naval” – que engloba o Programa de Submarinos (PROSUB), Programa de Criação das Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), Programa de Obtenção dos Meios Hidroceanográficos (PROHIDRO), além de subprogramas relacionados à manutenção e consolidação do poder de combate do CFN (PROADSUMUS) – “Obtenção da Capacidade Operacional Plena” (OCOP), “Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul” (SisGAAZ), “Ampliação da Capacidade de Apoio Logístico para os Meios Operativos” e “Mentalidade Marítima”.

Já em janeiro de 2024, o governo lançou o Programa Nova Indústria Brasil, com intuito de impulsionar a indústria nacional através de taxas de juros reduzidas e investimentos federais. Dentre os setores que serão beneficiados com o novo programa, encontra-se o setor de Defesa que terá como missão promover autonomia de 50% da produção de tecnologias críticas para a soberania e defesa nacionais (Ribeiro, 2024).

No âmbito da MB, destaca-se a criação do Programa de Obtenção dos Navios Patrulha (PRONAPA) que vem reacendendo a construção naval no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ).

Nesse contexto, o Programa de Modernização do Poder Naval será o objeto de estudo do presente trabalho, com ênfase no PFCT, PROSUB e PRONAPA, bem como a influência desses programas na economia brasileira por meio não apenas da criação de empregos, como também do desenvolvimento da indústria nacional.

O programa de obtenção das fragatas Classe Tamandaré

O PFCT vem sendo conduzido pela MB desde 2017 com o objetivo de renovar a Esquadra brasileira com 4 navios modernos e dotados de tecnologia de ponta. Os navios estão sendo construídos em território nacional, no Estaleiro Brasil Sul, em Itajaí-SC e o projeto é gerenciado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON). A previsão é de que os navios sejam entregues à MB entre os anos de 2025 e 2029.

Quanto às características estruturais, as novas Fragatas terão deslocamento de 3.380 toneladas, comprimento de 107 metros, largura máxima de 16 metros, autonomia de 5.000 milhas náuticas (9.260 km) à velocidade de cruzeiro, velocidade máxima de 25,5 nós (47,2 km/h) e uma tripulação total de cerca de 130 militares (Galante, 2023).

Os navios serão empregados nas patrulhas das AJB (visando, principalmente, a fiscalização e proteção das atividades econômicas), – terão capacidade de se contrapor a múltiplas ameaças e de proteção do tráfego marítimo, podendo ainda realizar missões de defesa (aproximadas ou afastadas do litoral brasileiro) e operações de busca e salvamento além de atender compromissos internacionais (Brasil, *s.d.*).

O Programa é um elemento fundamental e um meio indispensável, não só para o controle de áreas marítimas de interesse, evitando o acesso de meios não desejáveis pelo mar, como também para que o País atue sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa, de forma compatível com a inserção do Brasil no cenário internacional (Brasil, *s.d.*).

O fato de os navios serem construídos em território nacional representa um marco significativo para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira. Isso porque o projeto demanda de local adequado para a construção naval, além de mão de obra qualificada, gestão de conhecimento, transferência de tecnologia e inserção da mentalidade de gestão do ciclo de vida.

Nesse sentido, o PFCT impulsiona a indústria naval e a economia brasileiras, uma vez que há possibilidade de gerar 200 empregos diretos e mais de 6000 empregos indiretos, além de ampliar a capacidade de emprego do Poder Naval para salvaguarda dos interesses nacionais nas áreas marítimas de responsabilidade do País, objetivar a sustentabilidade da indústria naval brasileira, possibilitar o domínio de tecnologia sensível e representar investimentos de ordem de US\$ 2 bilhões (Brasil, *s.d.*).

O PROSUB

O PROSUB, criado em 2008 por meio de parceria entre o Brasil e a França, tem por objetivo a construção de quatro submarinos convencionais, bem como a fabricação do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Além disso, para que a produção dos submarinos pudesse ocorrer em território nacional, foi necessária a construção de um complexo de infraestrutura industrial e que servisse de apoio à operação dos submarinos. Nesse aspecto, foram construídos os Estaleiros, a Base Naval e a Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (UFEM) em Itaguaí, no Rio de Janeiro (Brasil, *s.d.*).

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), deputado Paulo Alexandre Barbosa, salientou, durante uma reunião com o presidente da Naval Group Brasil, Jérôme Brocq, em 2023, a importância do programa para o aprimoramento da indústria nacional de defesa. Segundo ele:

Ao priorizar a aquisição de componentes fabricados no Brasil, o PROSUB se consolida como um forte incentivo ao parque industrial nacional. Além disso, a transferência tecnológica fortalece a indústria estratégica, desde a área de ciência, tecnologia e inovação, até o desenvolvimento de ferramentas médicas (Barbosa, 2023).

Contudo, ambos chegaram à conclusão de que para que o programa cumpra com os prazos estipulados, é preciso haver maior previsibilidade orçamentária. Brocq afirmou, ainda, que os recursos anuais programados para o PROSUB até o ano de 2026 deveriam ser, pelo menos, o dobro do valor atual. Diante disso, o deputado Paulo Alexandre assegurou que trabalharia para que não houvesse contingenciamento de recursos (Câmara dos deputados, 2023).

O PROSUB, assim como o PFCT, representa um importante marco para a fomentação da Indústria Nacional de Defesa, além de impactar positivamente na economia do país contribuindo para a geração de empregos, e estimulando importantes aspectos não apenas infraestruturais, mas também, urbanos, tendo em vista que se fez necessário providenciar

uma estrutura capaz de subsidiar as fases de execução do Projeto.

O ProSub gera um impacto socioeconômico significativo ao criar empregos diretos e indiretos: engenheiros, técnicos, fornecedores e prestadores de serviços, milhares de profissionais são envolvidos em todas as etapas da construção. Estima-se que todo o Programa gere em torno de 24 mil empregos diretos e cerca de 40 mil indiretos, além de possibilitar o intercâmbio com cerca de 20 universidades e instituições de pesquisa. Esse impulso à economia local e nacional é especialmente visível em regiões diretamente impactadas pela construção, estimulando comércio, infraestrutura e desenvolvimento urbano. O ProSub ainda capacita e fomenta o desenvolvimento de uma força de trabalho altamente qualificada e especializada, contribuindo para o crescimento de uma base industrial robusta bem como para a formação de profissionais altamente qualificados (Planalto, 2024).

Dessa maneira, o programa supracitado configura mais um esforço governamental que visa a implementação de meios navais dotados de tecnologia de ponta com intuito de modernizar o Poder Naval aumentando, com isso, a capacidade da MB no que tange a continuar defendendo os interesses e a soberania nacionais, além de contribuir para a dinamização da economia e indústrias brasileiras.

O PRONAPA

A retomada do Programa de Obtenção de Navios Patrulha, por sua vez, tem levado o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro a retomar a construção naval após um período de oscilações advindo de crises financeiras e percepções geopolíticas alheias à importância do mar (Poder Naval, 2024).

A MB decidiu resgatar a construção dos Navios-Patrulha de 500 toneladas. Em 2022, o NPa “Maracanã” foi concluído no AMRJ e hoje integra o Comando do 8º Distrito Naval. Já o segundo navio do Programa, o NPa “Mangaratiba” possui previsão de

lançamento ao mar no 2º semestre de 2025. Vale ressaltar que os avanços na construção desse navio se devem, principalmente, à inclusão do PRONAPA no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo garantido investimentos no processo construtivo e na infraestrutura de oficinas especializadas do AMRJ (Poder Naval, 2024).

O programa representa mais um importante fator para o impulsionamento da indústria naval, retomando a produção no AMRJ, gerando empregos e implementando a capacidade da MB de construir seus próprios navios, de modo que dependa cada vez menos de tecnologia e *know-how* estrangeiros para a implementação de sua esquadra.

A construção dos Navios-Patrolha mantém ativa a linha de produção, servindo como estímulo aos tripulantes do Arsenal e, principalmente, à economia local, uma vez que é responsável por um arrasto tecnológico que envolve mais de uma dezena de empresas parceiras e a geração de mais de 600 empregos diretos e indiretos (Poder Naval, 2024).

Dessa forma, salienta-se a importância dos Programas Estratégicos não só para a manutenção do Poder Naval, como também para a construção de uma Indústria Nacional sólida, geração de empregos, movimentação da economia e infraestrutura das áreas urbanas nos entornos dos estaleiros que estão sediando o berço dessas construções.

O BRASIL NO CONTINENTE ANTÁRTICO: A IMPORTÂNCIA DOS INVESTIMENTOS EM MEIOS NAVAIS PARA MANTER OS INTERESSES DO PAÍS NA REGIÃO

O Continente Antártico é o único lugar no mundo que não sofre com disputas por soberania entre diversos países. Isto porque, em 1959, foi criado o Tratado Antártico, mediante o qual os países signatários comprometeram-se em utilizar o continente exclusivamente para o desenvolvimento de pesquisas, não demandando disputas territoriais.

O Brasil tornou-se signatário desse tratado em 1975 e, atualmente, possui uma das maiores bases de pesquisa da região: a Estação Antártica Comandante Ferraz que é mantida com apoio da MB por meio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR).

A Antártica faz parte do Entorno Estratégico Brasileiro definido pela Política Nacional de Defesa (PND) brasileira e conta com enorme reserva hídrica e recursos pouco explorados. Além disso, o derretimento das geleiras tende a viabilizar cada vez mais a exploração desses recursos, o que tem gerado pressão dos países por uma revisão do tratado, prevista para 2048.

Nesse contexto, o governo brasileiro deve buscar difundir na sociedade a importância que o mar, a Antártica, e os investimentos em defesa representam para o país, além de intensificar as políticas voltadas para a implementação de meios navais modernos bem como a manutenção de programas como o PROANTAR, com o intuito de estar preparado para exercer sua soberania e defender seus interesses, caso seja aprovada a exploração dos recursos ambientais na revisão do tratado em 2048.

Vale ressaltar que, em 2048, poderão ainda ocorrer novas reivindicações territoriais por diferentes países atuantes na Antártica, além das já existentes, tais como as do Chile, Argentina, Inglaterra, entre outros. Dessa forma, o Brasil deve estar atento e preparado para as atividades que desenvolverá na região nos próximos 30 anos, que deverão ser decisivos no que concerne ao futuro da participação brasileira no destino desse continente. Além disso, como o Brasil representa a principal economia da América Latina, deverá se posicionar como liderança latino-americana no tema antártico (Câmara; Melo, 2018).

O ORÇAMENTO DO SETOR DE DEFESA BRASILEIRO EM COMPARAÇÃO AO DOS PAÍSES DO BRICS

O BRICS constitui uma parceria entre 5 das maiores economias emergentes do mundo, a saber: Brasil, Rússia, Índia, China e, incorporada em 2011, a África

ca do Sul. Vale ressaltar o BRICS não constitui um bloco econômico, mas sim um conjunto de países que possuem características socioeconômicas em comum (Planalto, *s.d.*).

O diálogo entre os países se dá em três pilares principais: cooperação em política e segurança, cooperação financeira e econômica, e cooperação cultural e pessoal. Cerca de 150 reuniões são realizadas anualmente em torno desses pilares. O principal objetivo do bloco, por meio da cooperação, é alterar o sistema de governança global, com uma reforma de mecanismos como o Conselho de Segurança da ONU, além de introduzir alternativas às instituições como o FMI e o BID⁹ para o fomento às economias emergentes, como é o caso do NDB (Planalto, *s.d.*).

Tendo em vista o fato desses países disputarem entre si por posição econômica, influência geopolítica e investimentos econômicos, o presente capítulo visa elucidar a diferença entre o Brasil e os demais componentes desse bloco no que tange aos proveitos militares e à implementação de políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento do setor de defesa.

Em 2019, o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI), dedicado à investigação sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento, realizou uma análise sobre o aumento da despesa pública nestas questões. A particularidade que se observou é que os países BRIC ficaram no ranking das 15 primeiras posições. Perto do topo estavam a China em 2º lugar, a Índia em 4º lugar e a Rússia em 6º lugar, enquanto o Brasil ficou em 12º lugar e a África do Sul caiu para 49º lugar (Farrugia, 2021).

Rússia

Em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia invadiu o território ucraniano dando início a um conflito armado que perdura até hoje. A Guerra entre a Rússia e

a Ucrânia fez crescer os gastos militares do país que, atualmente, ocupa o 3º lugar no ranking mundial, de acordo com uma pesquisa feita pelo jornal Folha de São Paulo (Oliveira, 2024).

Os gastos militares da Rússia aumentaram 24%, para cerca de 109 mil milhões de dólares em 2023, marcando um aumento de 57% desde 2014, ano em que a Rússia anexou a Crimeia. Em 2023, a despesa militar da Rússia representava 16 por cento da despesa total do governo e a sua carga militar (despesa militar em percentagem do produto interno bruto, PIB) era de 5,9 por cento (SIPRI, 2024).

No entanto, o aumento dos gastos militares russos não perdurou, tendo em vista que atualmente o país tem buscado restringir os gastos com a guerra com intuito de minimizar os impactos internos:

The Russian government is attempting to restrain spending on the war to minimize the domestic impact and enable the pursuit of policy goals set before the invasion. The Russian economy can afford this level of spending not with standing severe sanctions, while leaving open the possibility of increased war-related funding if the government considers it necessary in the future (Cooper, 2023).

Embora a Rússia não divulgue seus dados militares, vale ressaltar, ainda, que o país possui interesses econômicos no Ártico. Nesse contexto, o derretimento das calotas polares está abrindo rotas na fronteira norte do país, fazendo com que a Rússia aumente sua capacidade militar na região. Além disso, as decisões atinentes ao continente são feitas por meio de consenso e o país russo é o único que não pertence à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Dessa forma, a Rússia precisou investir na militarização da região de modo a impor sua soberania e defender seus interesses no Ártico.

Russia is facing new security challenges in the region due to climate change. Receding ice is opening up Russia's northern borders,

⁹ BID: Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

increasing the risk of illegal border crossing, migration, smuggling and terrorist attacks. Rising levels of economic activity, including energy resource development and shipping, are raising the risks of emergency situations occurring. Considerable emphasis is placed on the protection of sovereign rights in the Russian Arctic strategy. Military forces play an important role in demonstrating and ensuring Russia's sovereignty, particularly through guarding, patrolling, supervising and controlling the Arctic territories. [...] Russia's Arctic military capabilities and infrastructure provide Russia with strategic balance in relation to the USA and the North Atlantic Treaty Organization (NATO). Notably since NATO's enlargement into Eastern Europe, nuclear deterrence has gained increased significance in Russia's strategic planning. Nuclear forces are now seen as the primary guarantee of Russia's security and military balance with NATO. The upgrades to the strategic submarine fleet and the re-opening of airfields and radar sites in the Arctic are part of this guarantee. Thus, Russia's recent military build-up in the Arctic has little to do with the Arctic per se but should be seen as a part of a broader military strategy and a component of Russia's rivalry with NATO in general and the USA in particular (SIPRI, 2015).

Índia

O Projeto Nuclear Indiano teve origem em 1944, antes mesmo da Independência do País, que ocorreu apenas em 1947. Em 1948, a Índia constituiu sua Comissão de Energia Atômica sob o comando do então Primeiro-Ministro Jawarharlal Nehru que, durante seu governo, adotou uma postura pacífica visando o “desenvolvimento nuclear”, cujo intuito era legitimar o novo Estado Indiano, promover uma base industrial e tecnológica autóctone e tornar a Índia economicamente autossuficiente. Em 1950, graças a acordos de cooperação com o Canadá, o programa nuclear Indiano tornou-se um dos pioneiros da Ásia (Jornada, 2018).

O PIB indiano tem crescido bastante ao longo dos últimos anos, tendo ocupado o ranking de 5ª maior economia do mundo em 2023 (CNN, 2023). Nesse

contexto, de acordo com o *National Portal of India*, um dos maiores gastos da economia indiana é com o setor de defesa:

Defence is one of the major spending sectors in the Indian economy. The geographical and topographical diversity, especially the 15,000 km long border which India shares with seven neighbouring countries poses unique challenges to the Indian Defence Forces (Índia, s.d.).

Nesse sentido, vale ressaltar, que a Índia se apresenta como um país de grande importância no que tange às questões militares. Deve-se levar em conta, em primeiro lugar, que as suas despesas com o setor de defesa estão relacionadas com o crescimento de seu PIB – quanto maior for o PIB, maiores serão os gastos com a defesa. Além disso, esse gasto será influenciado pelas ações realizadas pelos seus dois vizinhos, China e Paquistão, que investem ativamente nas suas armas e no desenvolvimento nuclear (Farruggia, 2021).

China

No ano de 2023, a China anunciou um reforço no seu orçamento de defesa, motivada por um contexto de crescente desconfiança por parte de seus vizinhos asiáticos, Estados Unidos e OTAN devido ao seu crescente poderio militar (O Globo, 2023).

A China, segundo país com maior gasto militar no mundo, destinou cerca de 296 mil milhões de dólares às suas forças armadas em 2023, um aumento de 6,0 por cento em relação a 2022. Este foi o 29º aumento consecutivo, ano após ano, nas despesas militares chinesas. O país foi responsável por metade do total dos gastos militares na região da Ásia e da Oceania (SIPRI, 2024).

O Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI, na sigla original) calcula que a China tenha cerca de 350 ogivas nucleares. Ainda é um arsenal pequeno em comparação com os dos Estados Unidos e da Rússia, mas que tem crescido rapidamente e pode chegar a 1.500 ogivas até 2035, de acordo com uma projeção do Pentágono divulgada em novembro (Presse, 2023).

Nos últimos anos, durante o governo de Xi Jinping, a China decidiu investir em uma notável modernização militar, incrementando suas armas nucleares com o objetivo de dissuadir os rivais, mas também para ter condições de contra-atacar caso a dissuasão falhe. De acordo com David Logan, o professor assistente do Colégio de Guerra Naval dos EUA, a China está realizando a expansão e modernização mais significativas de suas forças nucleares na história do país (Presse, 2023).

Além disso, a política chinesa é “tornar-se global” com a exportação de tecnologia nuclear, incluindo componentes pesados na cadeia de abastecimento, de acordo com o World Nuclear Association.

As mudanças em curso ou já encaminhadas são muito significativas e a China deixará de ser um país com capacidade de resposta nuclear hoje para ser a terceira maior potência nuclear do mundo, disse Eric Heginbotham, principal pesquisador do Centro de Estudos Internacionais do Massachusetts Institute of Technology (MIT) (PRESSE, 2023, online).

Vale ressaltar ainda, que o poderio militar da China é fundamental para garantir seus interesses diante das disputas marítimas no Mar do Sul da China, de modo que o país cada vez mais militariza as ilhas disputadas e confronta os seus rivais regionais sobre as suas reivindicações concorrentes na hidrovia estrategicamente importante e rica em recursos (CNN, 2023).

Dessa forma, é notória a importância que o país asiático atribui ao setor de defesa e às políticas voltadas para os investimentos militares como forma de aumentar sua capacidade de dissuasão bem como de adotar uma postura militar ofensiva no contexto geopolítico internacional, especialmente frente aos EUA que atualmente configura seu maior rival.

África do Sul

A economia sul africana é a segunda maior do continente e a 25ª maior do mundo. Nesse contexto, o South Africa Defense Review é um documento que contém a política de defesa do país, o qual busca definir, como função principal da força de defesa, as tarefas relacionadas ao desenvolvimento e à segurança humana (Acácio, 2013).

Vale ressaltar o fato de que, atualmente, o ambiente de segurança internacional é caracterizado por uma série de ameaças tradicionais e não-tradicionais, como persistentes conflitos locais e regionais, políticas violentas, extremismo étnico e religioso, atos de terror, proliferação de armas de destruição em massa, envolvimento de entidades não estatais em conflitos, altos índices de criminalidade internacional e ameaças cibernéticas (África, 2015).

Contudo, o caso da África do Sul possui agravantes:

Contemporary conflict and insecurity in Africa derive mainly from: lack of political rights; weak and dysfunctional states; inadequate political and economic arithmetic; the politicisation of ethnicity; the marginalisation of groups; inappropriate military involvement; and unconstitutional changes of governments. Other prominent drivers of African insecurity include: competition over scarce resources; poverty, under-development and poor human security; maritime insecurity; and endemic disease (África, 2015).

Diante desse contexto, os investimentos no setor de defesa do país sofrem duras críticas, pois são vistos pela população africana como desvio de fundos que deveriam ser voltados para amenização da pobreza e desenvolvimento do país.

Em 2011, a SIPRI divulgou que o então recente e importante pacote de aquisição de armas na África do Sul foi severamente criticado não apenas por desviar fundos que poderiam ser usados para amenizar os índices de pobreza e implementar o desenvolvimento, mas também pela corrupção envolvida no processo.

No entanto, entre os anos de 2022 e 2023, houve um aumento de cerca de 22% dos gastos militares africanos, em virtude dos conflitos que estão ocorrendo na República Democrática do Congo (RDC). Nesse contexto, a África do Sul obteve papel importante no fornecimento de aparatos militares para a RDC.

A África do Sul emergiu como um fornecedor importante para a RDC, com a Paramount entregando 25 veículos blindados de transporte de pessoal, (APCs) Maatla à

polícia da RDC em 2023, e 20 Mbombe 4 APCs aos militares da RDC no início de 2023 (Carta de Moçambique, 2024).

Dessa forma, comparativamente aos demais países do BRICS, os gastos militares da África do Sul não são significativos. Contudo, deve-se entender que esse fato decorre, também, da situação política e social do país, e não apenas econômica:

The third factor shaping South Africa's military expenditure has been a policy launched in 2007 to align military capabilities to the country's foreign policy objectives of regional military cooperation, participation in peace operations and deployment of defence attachés [...] The size and focus of South Africa's military spending has proved controversial given the many competing domestic priorities, especially the needs to tackle poverty, unemployment and extreme inequality, HIV/Aids, and poor housing [...] This shows that South Africa is not insulated from the poor military budgeting, procurement and oversight practices and mismanagement of resources associated with many African countries (Solmirano et al., 2011).

Nesse sentido, observa-se que os gastos em defesa dos países integrantes do BRICS diferem significativamente de acordo com suas prioridades estratégicas e capacidade econômica. O maior orçamento militar é da China, que investe substancialmente em tecnologia de defesa. A Índia também mantém alto nível de investimentos no setor de defesa, especialmente devido às tensões com o Paquistão e a China. A Rússia, por sua vez, tem seu foco voltado para modernização nuclear. Em contraste, o Brasil e a África do Sul possuem orçamentos mais restritos no setor de defesa, dando prioridade a questões domésticas e regionais. Os orçamentos mais restritos destes países tendem a estar também relacionados à baixa percepção de ameaça (se em comparação com China e Rússia, principalmente), todavia destaca-se ainda que os relativos baixos investimentos na indústria de defesa reduzem a possibilidade de geração de tecnologia e de empregos e renda no setor.

CONCLUSÃO

O Brasil é um país que tem em torno de 20% de sua economia advinda de atividades concernentes ao espaço marítimo. Além disso, a Amazônia Azul representa uma riqueza nacional que atrai cobiça de diversos países, necessitando de atenção especial das autoridades no que tange à sua preservação e proteção.

Inicialmente, foi elaborada uma revisão bibliográfica para fundamentar as pesquisas subsequentes. Ao longo do trabalho, foi elucidada a importância da Economia do Mar para o país e o quanto a modernização do Poder Naval deve ser uma prioridade no que tange à destinação de verbas do Governo Federal, especialmente do Ministério da Defesa, tendo em vista que é o Poder Naval que viabilizará um maior poder de dissuasão do país, além de garantir os interesses políticos e econômicos do Brasil no cenário internacional.

Foram destacados, também, os principais Programas Estratégicos da Marinha com o intuito de ratificar sua importância, além de salientar a necessidade de ampliar os investimentos no setor de defesa, buscando fazer com que o Brasil se torne cada vez mais independente de patrocínios estrangeiros. Vale ressaltar que a consolidação de uma Base Industrial de Defesa nacional tem trazido inúmeros benefícios econômicos e sociais para o país, em virtude da geração de empregos, transferência de tecnologia e *know-how* estrangeiros, além de melhorias urbanas nas regiões onde estão sendo desenvolvidos os novos meios navais.

Ademais, buscou-se mostrar a importância de se investir no Poder Naval sob outra justificativa: a atuação do Brasil na Antártica e a revisão do Tratado Antártico em 2048 que poderá permitir a exploração do continente e reivindicações territoriais até então proibidas. Nesse aspecto, o Brasil deve estar preparado militarmente para manter sua dissuasão e defender seus interesses no continente, que é de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas científicas do país. Além disso, devido ao fato do continente fazer parte do Entorno Estratégico brasileiro, faz-se necessário que o Brasil tenha condições de continuar atuando regularmente na região, em virtude de reafirmar sua presença no continente.

Foi realizado, ainda, um comparativo do Brasil em meio aos demais integrantes do BRICS. Nesse contex-

to, pode-se dizer que o país ainda está bastante atrasado em relação à maioria dos países do grupo, estando na frente apenas da África do Sul no que diz respeito ao volume de gastos militares e desenvolvimento tecnológico. Enquanto países como Rússia, Índia e China possuem bases industriais de defesas mais bem consolidadas e buscam investir na modernização de seus meios e armamentos, o Brasil ainda encontra dificuldades financeiras para implementar sua BID, dependendo bastante de acordos externos para manter seus Programas, como é o caso do PROSUB.

Fica evidente, portanto, que o investimento no setor de defesa deve ser encarado pelo MD como uma prioridade, com foco na manutenção dos Programas Estratégicos da Marinha e visando a consolidação de uma BID apta a suprir as necessidades do setor de defesa do Brasil. A modernização do Poder Naval em tempos de paz gera benefícios econômicos, além de promover, no cenário internacional, a imagem de um país que preza pela defesa de suas riquezas e investe seus recursos para garantir a manutenção de seus interesses.

REFERÊNCIAS

- ACÁCIO, Igor. **Polaridade regional e percepção de ameaças: comparando as políticas de defesa da África do Sul, Brasil e Índia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ÁFRICA. **South Africa Defense Review**, 2015. Disponível em: <https://static.pmg.org.za/170512review.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2024.
- ARAÚJO FILHO, E. C. A. **Obtenção de meios navais por construção ou por oportunidade? Uma análise do Programa Classe “Tamandaré”**. 2021. Dissertação (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021.
- ALERJ, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Economia do Mar vai compor Plano Estratégico de Desenvolvimento Estadual. Quero Discutir o Meu Estado**, Rio de Janeiro, 23 nov. 2020. Disponível em: [Economia do Mar vai compor Plano Estratégico de Desenvolvimento Estadual \(querodiscutiromeuestado.rj.gov.br\)](http://economia.do.mar.vai.compor.plano.estrategico.de.desenvolvimento.estadual.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br). Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- ALBUQUERQUE, A. L. P.; SILVA, L. F. **Fatos da História Naval**. 2. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- BRASIL. Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005. **Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 fev. 2005a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/pem2040>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Política Naval**, 2019a. Disponível em: [Politica Naval \(marinha.mil.br\)](http://politica.naval.marinha.mil.br). Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM)**, 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/psrm/sobre>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **História Naval**, 2023a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/historia>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRASIL. Marinha do Brasil. **Meios Navais**, 2023b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/meios-navais>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.
- BRICS. **Planalto**, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>. Acesso em: 14 de julho de 2024.
- CÂMARA, Paulo; MELO, Renato. **Brasil na Antártica, os próximos 30 anos. Revista da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, v.33, n.68, p.64-81, mai/ago. 2018.
- CARVALHO, A. B. **Economia do Mar: Conceito, valor e importância para o Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CARVALHO, Luciano. Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília – DF, 11 jun. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/batalha-naval-do-riachuelo-data-magna-da-marinha>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

CHINA AUMENTA GASTOS MILITARES SOB DESCONFIANÇA DOS EUA E VIZINHOS ASIÁTICOS. **O GLOBO**, 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/03/china-aumenta-gastos-militares-sob-desconfianca-dos-eua-e-vizinhos-asiaticos.ghtml>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

COOPER, Julian. Russia's military expenditure during its war against Ukraine. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2023. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/2023-06/sipriinsight_2306_07_russias_military_expenditure_during_its_war_against_ukraine_230627.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2024.

ENTENDA O CONFLITO DO MAR DO SUL DA CHINA E POR QUE ELE AUMENTA A TENSÃO COM AS FILIPINAS. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-o-conflito-no-mar-do-sul-da-china-e-por-que-ele-aumenta-a-tensao-com-as-filipinas/>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

FARRUGGIA, Vanina. **Gasto militar al interior de los BRICS: ¿Cómo se posiciona India?**, 2021. Disponível em: <https://geirprecursur.wordpress.com/wp-content/uploads/2021/08/vanina-farruggia-10-08-2021.pdf>. Acesso em 27 de julho de 2024.

FMI LISTA AS 20 MAIORES ECONOMIAS DO MUNDO; VEJA POSIÇÃO DO BRASIL. **CNN**, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/fmi-lista-as-20-maiores-economias-do-mundo-em-2023-veja-posicao-do-brasil/>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

GALANTE, Alexandre. Primeiras Imagens Aéreas da Fragata ‘Tamandaré’ em construção. **Poder Naval**, 2023. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2023/12/22/primeiras-imagens-aereas-da-fragata-tamandare-em-construcao/>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

GASTOS MILITARES EM ÁFRICA AUMENTARAM 22% EM 2023, COM A RDC LIDERANDO O ESFORÇO. **Carta de Moçambique**, 2024. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/16677-gastos-militares-em-africa-aumentaram-22-em-2023-com-a-rdc-liderando-o-esforco>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

GLOBAL MILITARY SPENDING SURGES AMID WAR, RISING TENSIONS AND INSECURITY. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2024. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2024/global-military-spending-surges-amid-war-rising-tensions-and-insecurity>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

ÍNDIA. **National Portal of India**, s.d. Disponível em: <https://www.india.gov.in/topics/defence>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

INDÚSTRIA NAVAL. **Planalto**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/prosub-conheca-os-detalhes-do-programa-de-desenvolvimento-de-submarinos-da-marinha-do-brasil>. Acesso em: 21 de maio de 2024.

JORNADA, Felipe Frota da. **O Jogo Estratégico Nuclear: Índia x Paquistão**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

MILITARY EXPEDITURE. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2011. Disponível em: <https://www.sipri.org/yearbook/2011/04>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

OECD. **The Ocean Economy in 2030**. OECD Publishing, Paris, 2016. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/economics/the-ocean-economy-in-2030_9789264251724-en. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Isabel. **Estes são os 15 países com mais gastos militares; veja posição do Brasil**. 2024. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/estes-sao-os-15-paises-com-mais-gastos-militares-veja-posicao-do-brasil/#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%2C%20membros%20do,o%20territ%C3%B3rio%20como%20sua%20col%C3%B4nia>. Acesso em: 22 de julho de 2024.

OLSEN, Marcos Sampaio. Entrevista com o Comandante da Marinha. **LAAD Defense & Security**, 2023. Disponível em: <https://www.laadexpo.com.br/entrevista-com-o-comandante-da-marinha/>. Acesso em: 3 de outubro de 2023.

PERSPECTIVAS PARA O PROSUB É TEMA DE REUNIÃO NA CREDN. **Câmara dos Deputados**, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/perspectivas-para-o-prosub-e-tema-de-reuniao-na-credn#:~:text=Criado%20em%202008%2C%20por%20meio,brasileiro%20armado%20com%20propuls%C3%A3o%20nuclear>. Acesso em: 20 de maio de 2024.

PRESSE, France. **China promove a maior expansão de seu arsenal nuclear na história, dizem analistas**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/26/china-promove-a-maior-expansao-de-seu-arsenal-nuclear-na-historia-dizem-analistas.ghtml>. Acesso em: 27 de julho de 2024.

PROGRAMAS ESTRATÉGICOS. **Marinha do Brasil**, s.d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos#footer>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

PROGRAMA FRAGATAS CLASSE TAMANDARÉ. **Marinha do Brasil**, s.d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programa-classe-tamandare>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

PRONAPA: Revitalização naval e avanço tecnológico no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. **Poder Naval**, 2024. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2024/03/21/pronapa-revitalizacao-naval-e-avanco-tecnologico-no-arsenal-de-marinha-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 27 de maio de 2024.

PROSUB. **Marinha do Brasil**, s.d. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

RIBEIRO, Erika; TERNUS, Cássia; OLIVEIRA, Alana. Contribuições econômicas da Defesa Nacional para a economia do mar: uma análise para municípios brasileiros. **Revista da EGN**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 703-724, set/dez. 2021.

RIBEIRO, Cecília Paes. Programa de Obtenção de Navios Patrulha impulsiona construção naval. **Agência Marinha de Notícias**, 2024. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/programa-de-obtencao-de-navios-patrulha-impulsiona-construcao-naval#:~:text=O%20PRONAPA%20prev%C3%AA%2C%20ainda%20em,com%20os%20dois%20navios%20anteriores>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

RUSSIA AND THE ARTIC: NA END TO COOPERATION? **Stockholm International Peace Research Institute**, 2015. Disponível em: <https://www.sipri.org/commentary/essay/2015/russia-and-arctic-end-cooperation>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

SANTOS, T. et al. **Economia Azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Essencial Idea editora, 2022.

SANTOS, T. **Economia do Mar e Poder Marítimo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Alpheratz, 2021.

SANTOS, T.; CARVALHO, A. B. Um Panorama da Economia do Mar no Brasil. In: BEIRÃO, A. P.; MARQUES, M. M.; RUSCHEL, R. R. (org.). **O Valor do Mar**. São Paulo, SP: Essencial Idea, 2020.

SILVA, Alexandre Brito. **A importância da economia do mar para o setor de defesa: Análise da influência do mar no poder marítimo e os investimentos no poder naval**. 2022. Monografia (Curso Superior) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2022.

SILVA, Daniele Dionisio. **O Atlântico de Língua Portuguesa em perspectiva comparada de segurança defesa – dos documentos políticos às elaborações estratégicas (1996 a 2013)**. 2015. Tese (Doutorado em História comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOLMIRANO, C. et al. **Military Expenditure**. **Stockholm International Peace Research Institute**, 2010. Disponível em: <https://www.sipri.org/sites/default/files/SIPRIYB1104.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2024.

VIOLANTE, Alexandre Rocha. A teoria do poder marítimo de Mahan: uma análise crítica à luz de autores contemporâneos. **Revista da EGN**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 223-260, jan/jun. 2015.

WILTGEN, Guilherme. 16 de Agosto: Fragata ‘Tamandaré’ segue preparação para lançamento ao mar em nova data. **Defesa Aérea e Naval**, 2024. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/naval/16-de-agosto-fragata-tamandare-segue-preparacao-para-lancamento-ao-mar-em-nova-data>. Acesso em: 19 de maio de 2024.